

**Editorial****“SOCIALISMO OU BARBÁRIE”: A ATUALIDADE DE UMA REFLEXÃO HISTÓRICA E ESTRATÉGICA SOBRE O CAPITALISMO.**

Vivemos tempos difíceis. A Revista En_Fil lança sua décima primeira edição refletindo sobre as alternativas diante da barbárie que vivenciamos no capitalismo contemporâneo. A afirmação de Rosa Luxemburgo “socialismo ou barbárie” mostra que ainda tem sua validade reflexiva nos dias atuais. Por isso, propomos uma edição que tenha como centro a contribuição desta marxista, em diálogo com a contribuição gramsciana, de modo a pensarmos sínteses sobre os processos históricos de tendenciais crises do capitalismo, assim como da produção de alternativas sistêmicas. Fazemos aqui o convite para uma reflexão sobre esses legados de profunda riqueza militante e teórica, de modo que seja possível, sem mimetismos históricos, nos apropriarmos criticamente do instrumental teórico desses autores para pensarmos nossa experiência histórica recente com perspectivas ousadas de futuro. Dessas que o povo assume o leme da História.

A ofensiva do capital contra trabalhadoras e trabalhadores ganha contornos cada vez mais dramáticos no Brasil e no mundo no último período. O acirramento da crise capitalista internacional, desencadeada nos anos de 2007-2008, tem como consequência nos dias atuais a ascensão do conservadorismo, autoritarismo e, em muitos casos, de governos e/ou movimentos neofascistas.

A ampliação das tensões internacionais entre EUA, Rússia e China, e seus respectivos blocos de poder, assinalam um período de agudas disputas comerciais, ofensiva de governos contra os direitos de trabalhadores, guerras, imigrações em massa, estagnação econômica, xenofobia, destruição do meio ambiente, perseguição às esquerdas, ataques à democracia e fundamentalismo religioso. Esse processo é expressão dos anseios empresariais e de seus respectivos governos imperialistas em restabelecer a retomada da tendência de crescimento da taxa de lucro. Os países

centrais, portanto, aprofundam o cerco sobre os países dependentes, impondo uma agenda de reformas de Estado que favoreçam o setor privado de seus países principalmente, utilizando organismos multilaterais, tais como FMI e Banco Mundial, como grandes chantageadores financeiros, intervindo na economia e política desses dependentes. Crescem as tensões entre as principais potências por disputas de mercado consumidor, matéria-prima e força de trabalho barata.

O ataque estadunidense contra o Irã, em janeiro de 2020, demonstra esse cenário explosivo que se aprofunda internacionalmente. Diante do desgaste do governo Trump, das possibilidades de exploração petrolífera na região e a pressão dos empresários em relação à independência iraniana, instigar uma guerra foi o primeiro ato do governo Trump em 2020. Assim matou autoridades iranianas, dentre elas o General Soleimani, o oficial militar mais destacado desse país, Abu Mahdi al-Muhandis (vice-comandante das Forças de Mobilização Popular do Iraque – PMF) e mais seis pessoas. Já são mais de 3 mil soldados enviados à área de conflito. 60 mil soldados nas mais de 50 bases militares dos EUA, aguardando a ordem de possíveis ataques ao Irã.

O interesse imperialista dos EUA no Irã revela não apenas um interesse localizado dos EUA, no Oriente Médio, mas em todo mundo. Na América Latina, o cerco golpista estadunidense ganha contornos cada vez mais violentos na Venezuela, com as sucessivas tentativas de golpe contra o presidente Maduro e no golpe na Bolívia contra o presidente Evo Morales, tendo apoio de setores conservadores cristãos.

Uma agenda do capital financeiro internacional se espalha pelo mundo, disposta a retirar direitos trabalhistas, sociais e privatizar setores estratégicos da economia dos países, principalmente dos países dependentes. Na França grandes mobilizações ocorreram contra a Reforma da Previdência de Macron. Mais de um milhão de pessoas foram às ruas, no dia 5 de dezembro, de 2019, contra as alterações no regime de aposentadorias (lógica de pontos). Foram cerca de 70 cidades que tiveram seu sistema de transporte quase que totalmente paralisado. A semelhança com a Reforma da Previdência brasileira é latente mostrando o quanto o capital financeiro está disposto a lucrar sobre as aposentadorias dos trabalhadores a nível mundial. Não é casual, destarte, que uma agenda de reformas de Estado seja

encampada mundo a fora, ampliando privatizações, capitalizando regimes previdenciários, a saúde, a educação, depreciando salários e condições de trabalho.

No Brasil, segue a orientação de que só sairemos da crise se houver ainda mais privatizações, retirada de direitos e liberdade para o capital explorar o meio ambiente e os trabalhadores. Assim, o governo federal assume a versão mais escancarada dos interesses do capital, principalmente o estadunidense: patrocinando a destruição das florestas amazônicas, a poluição de rios e mares e ameaçando a extinção de espécies animais, alegando que o agronegócio e as empresas extrativas não podem ter limites. Isso seria progresso! Para isso a abertura para o capital internacional e destruição do parque produtivo nacional se aprofunda; a venda das empresas mais lucrativas do país ao capital estrangeiro é o desdobramento dessa perspectiva, assim, Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal estão na mira das privatizações. O resultado parcial dessa política é o aprofundamento da situação de estagnação econômica e aumento da pobreza. Já são mais de 12,5 milhões de desocupados e mais 4,6 milhões que desistiram de procurar emprego.

Olavistas, fundamentalistas cristãos, militares e Chicago Boys se fundem num acordo fundamental de aplicar um profundo ajuste econômico no Brasil de caráter dependente ao capital estadunidense, que aprofunda a desindustrialização e repactua a relação capital-trabalho mediante a retirada de direitos sociais, políticos e civis. Para executar esse projeto econômico-social o autoritarismo vai se tornando o meio a ser divulgado como a alternativa política para sair da crise e neofascismo vai ganhando cada vez mais espaço na sociedade. Tal como numa farsa teatral, o anticomunismo ressurge como depuração de qualquer tipo de pensamento autônomo e crítico, ainda que não qualquer perspectiva de uma revolução socialista, nem no Brasil ou em qualquer parte do mundo. A ciência é questionada por olavistas, que, de acordo com o método verborrágico de um youtuber, estabelecem o criacionismo como “teoria”, a terra como plana, as vacinas como parte de uma conspiração internacional e o marxismo cultural como um império do mal a dominar o Brasil e o mundo.

As universidades públicas passam a ser cercadas pelas políticas de ajuste fiscal com cortes de verba, por políticas de controle político autoritário sobre suas instâncias e a criminalização dos professores e alunos, principalmente aqueles que discordam do governo. Em meio a ações autoritárias e desqualificadoras sobre as universidades surge o projeto Future-se, que visa transformar as universidades em

replicadoras de ensino e captadora de recursos no mercado, destruindo o princípio de ensino, pesquisa e extensão; além do seu caráter público na constituição dos seus quadros técnicos e a capacidade de produção de conhecimento crítico, ciência e tecnologia. É um braço importante do processo de reprimarização do parque produtivo brasileiro, pois asfixiando a produção de ciência e pesquisa ataca a produção de patentes e tecnologia nacional, reforçando a dependência brasileira em relação ao capital internacional. O projeto de Reforma Administrativa é desdobramento dessa política, que busca imobilizar o funcionalismo público, acabando com a estabilidade, amplia jornadas de trabalho, reduzir salários, abre ainda mais espaço para o setor privado lucrar por dentro do Estado, além de criar uma contenção contra possíveis mobilizações.

Nessa edificação do neofascismo no Brasil as liberdades individuais, cada vez mais, vão sendo tolhidas; sejam artistas, professores, cientistas, alunos, jornalistas etc. A censura aplicada contra o grupo de humor Porta dos Fundos foi mais uma demonstração dessa escalada autoritária no Brasil. Ainda que tenha sido retroagida pelo STF, o atentado terrorista, ocorrido no dia 24 de dezembro, contra a produtora do grupo, mostra o quanto o neofascismo cresce no país. Inclusive, a pesquisa da professora Adriana Dias (Unicamp) analisou o crescimento de células de organizações neonazistas no Brasil, ligadas a 344 grupos neofascistas.¹ A possibilidade de um partido neofascista a ser construído pelo presidente da república é algo a se considerar no horizonte, como um possível organizador desse ânimo conservador em ebulição no país.

Paulo Guedes durante a coletiva de imprensa do dia 25 de janeiro de 2020 demonstrou o seu pedigree autoritário. Em resposta ao ex-presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, afirmou: “que responsabilidade é essa? Não se assustem então se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez? Ou foi diferente? ” Mais que apenas uma bravata, o ministro demonstra o quanto as reformas de austeridade fiscal deverão ser aprovadas custe o que custar, inclusive, sob a pena de perder a democracia. Não podia ser diferente, afinal, Paulo Guedes fez parte da equipe econômica do governo ditatorial de Pinochet, que aplicou de forma pioneira a agenda neoliberal.

¹ Acessado em 09/12/2019. <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/pesquisa-identifica-celula-neonazista-com-ate-14-membros-em-niteroi-24121581>

O autoritarismo neofascista ganha força também na legalização do extermínio dos pobres, negros e periféricos. O Pacote Anticrime seguia a orientação de criminalizar a pobreza, no entanto, foi aprovado com uma série de modificações, mas mantendo a lógica punitivista. O governo segue defendendo que o excludente de ilicitude seja parte daquelas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), inclusive, para atuar sobre movimentos sociais como o MTST e o MST. A chacina de Paraisópolis atesta o quanto essa concepção ganha mais força e busca legalizar a tragédia cotidiana de assassinatos e arbitrariedades cometidos pela polícia contra os pobres. No episódio a polícia ceifou 9 vidas de jovens entre 14 e 23 anos durante a “Operação Pancadão”. Essa tendência pode ser vista no aumento da violência nas periferias; aumentou em 15% o índice de assassinato de civis no primeiro semestre em São Paulo, de acordo com o Instituto Sou da Paz.

O cenário é difícil, mas não é eterno. Das lutas surgem novas perspectivas. No ano de 2019 a luta em defesa da educação ganhou força com a “Tsunami da Educação”, que reuniu milhões de pessoas no Brasil todo contra os cortes no orçamento das universidades e institutos federais. Resistências também são construídas e, por isso, a nossa edição busca pensar tal situação histórica a partir da relação dos agentes no processo de luta de classes.

O presente Dossiê certamente compõe uma espécie de contracorrente no contexto conjuntural esboçado acima. Estando sob um governo – e sob uma hegemonia – que expressa a articulação entre neoliberalismo e obscurantismo anticientífico – manifestando, por vezes, ideias medievais e/ou fascistas, mas sempre autoritárias – era de se esperar que o marxismo de um modo geral e o pensamento de Gramsci, em particular, entrasse na mira destes ataques. Neste contexto, nada mais adequado do que recuperar duas figuras de proa de pensamento crítico que inspiraram propostas emancipatórias democráticas: Antonio Gramsci e Rosa Luxemburgo.

Assim sendo, as contribuições publicadas neste número de Encontros com a Filosofia podem auxiliar o campo democrático a, sem necessariamente concordar com as ideias e as conclusões dos autores, refletir sobre as possibilidades e limites das formas históricas de ação política fundamentadas nos autores que orientam este dossiê, tendo em vista a atuação nos dias de hoje e projetando um futuro radicalmente diferente do presente. Para tal, faz-se mister reatualizar os balanços históricos acerca

das experiências sociais e políticas tanto dos regimes que configuraram o que se convencionou chamar de “socialismo real” quanto os impactos do reformismo, sobretudo nos países ocidentais – mais próximos da nossa realidade, assim como das experiências social-liberais, que, pelo legado da esquerda, se propuseram a governar com o capital.

Independentemente das conclusões que tal balanço possa alcançar, é inegável o reconhecimento de que à crise do socialismo, em suas mais variadas vertentes, seguiu-se a afirmação de políticas que, sob os mais variados pretextos, “modernização”, “empreendedorismo”, “polivalência”, etc., atuaram para tornar a situação dos trabalhadores mais precária, instável e socialmente insegura. Muitas das vezes, tais medidas foram mesmo implementadas por governos e partidos herdeiros das tradições socialistas – como é salientado em algumas contribuições do Dossiê.

Algumas temáticas se sobressaem nas reflexões elaboradas nos artigos aqui reunidos, em especial, as concepções de marxismo de Gramsci e Rosa, que, contrariamente às tendências no começo do século que se tornaram predominantes XX – as quais, em nome de pretensões “científicas” (naturalistas ou positivistas), geravam imobilismos políticos variados no movimento operário –, tinham a iniciativa política no cerne de sua concepção de mundo² Assim sendo, a questão da relação ou da unidade entre teoria e prática ocupa parte significativa das questões trabalhadas no Dossiê, na medida em que procura abordar precisamente a articulação entre conhecimento da realidade social, projeto estratégico e ação política em contexto – um tipo de reflexão necessária aos nossos dias.

Por fim, cabe-se destacar mais duas temáticas bastante presentes no Dossiê que, apesar de parecerem desconexas, são estreitamente relacionadas: educação e partido político. A relação entre esses tópicos já mereceria relevância apenas pela presença de destaque de um movimento como o “Escola sem partido” – que consiste na defesa de um proselitismo reacionário nas escolas em nome de uma suposta “neutralidade” política e da normatividade “bíblica” (e, portanto, “Verdadeira”) do masculino e do feminino. Mas, a contribuição do Dossiê recai sobre a relação entre educação e hegemonia, seja do ponto de vista da construção de discurso e elaboração de práticas educativas voltadas para as classes populares tendo em vista sua

² GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 1 / Antônio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

conformação ao estágio atual do capitalismo “flexível”, seja do ponto de vista da necessidade de elaboração de uma perspectiva pedagógica por parte de grupos subalternos que pretendem se tornar hegemônicos. Para tal, na medida em que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, faz-se necessário recuperar o papel do partido político como “crisol da unificação de teoria e prática”, como um “educador” que parte da experiência concreta dos grupos subalternos com o intuito de construir uma nova visão de mundo articulada a uma nova prática que aponte para a construção de outro padrão civilizatório, capaz de conduzir o conjunto da humanidade a graus mais elevados de emancipação.

Com essas reflexões, apenas sintetizadas neste editorial, mas aprofundadas nos artigos publicados neste número da Revista Eletrônica Encontros com a Filosofia, esperamos oferecer ao leitor interessado material para interpretar o mundo enquanto o transforma e transformá-lo enquanto o interpreta – para ser coerente com a concepção de conhecimento de Rosa e Gramsci –, apresentando pontos de referência, a nosso ver, indispensáveis para nos situar no nosso momento histórico e para impulsionar uma ação política que vise a sua transformação, articulando o pessimismo da inteligência com o otimismo da vontade.

Luiz Augusto, Reginaldo Costa e Rodrigo Lima
Editores da Revista En_Fil